

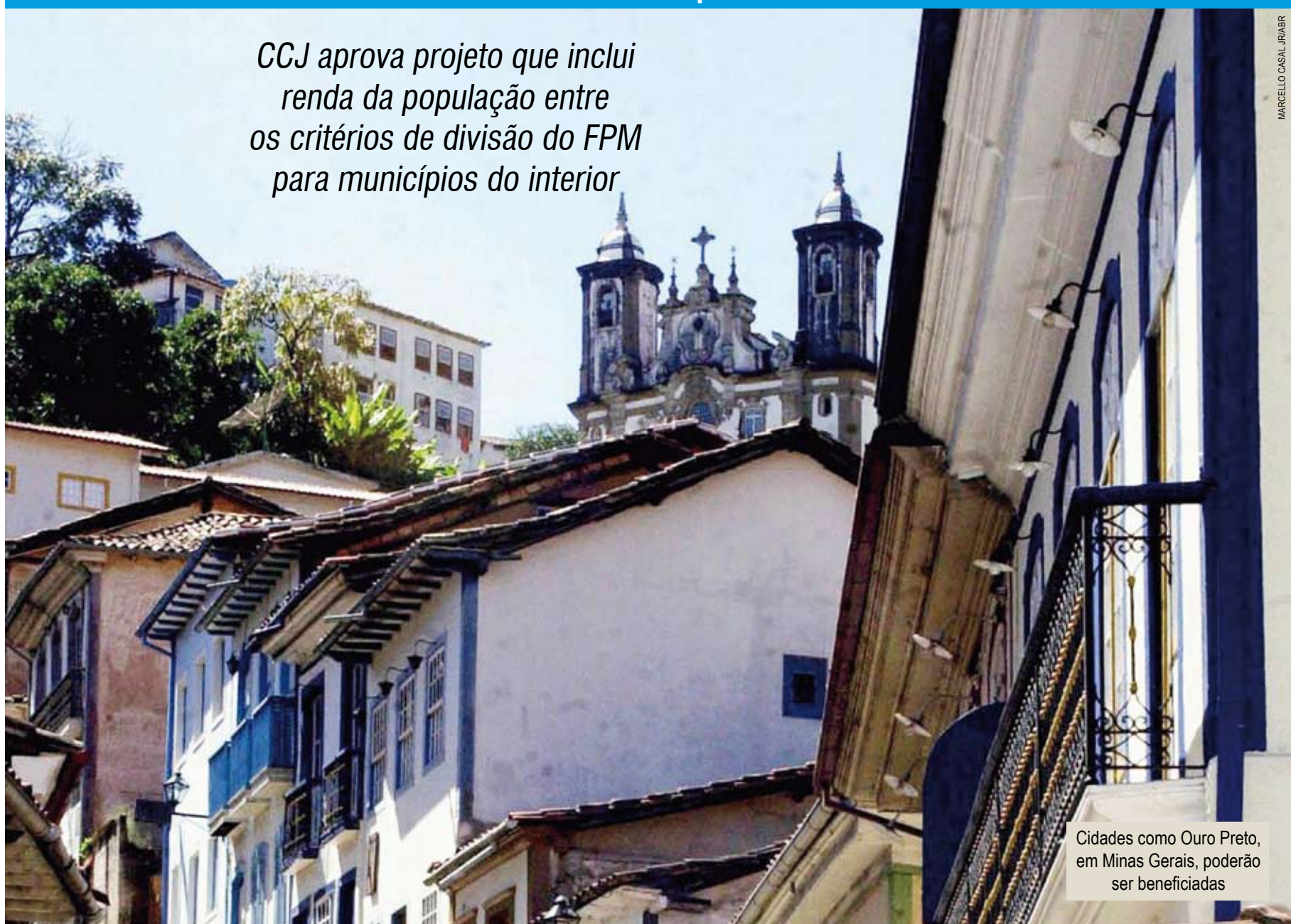


## Marco Maia: ainda não há consenso sobre destaques à MP que cria regras para licitações de obras da Copa

Página 3

ECONOMIA | 4

*CCJ aprova projeto que inclui renda da população entre os critérios de divisão do FPM para municípios do interior*



MARCELLO CASAL JR/ABR

Cidades como Ouro Preto, em Minas Gerais, poderão ser beneficiadas

AGRICULTURA | 7 E 8



PANORAMIO

■ Raimundo Gomes de Matos defende erradicação do cultivo de tabaco e diz que é preciso avaliar custo-benefício do cigarro

■ Luis Carlos Heinze critica política do governo e aponta burocracia excessiva na concessão do crédito rural



# agenda

QUARTA-FEIRA  
22 de junho de 2011

## Cafeicultura

Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura. Anexo IV, cafeteria do 10º andar, 8h



## Áreas rurais

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural promove a instalação e eleição de presidente e vice-presidente de subcomissão destinada a analisar e propor medidas sobre o processo de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, no Brasil, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. Plenário 6, 9h10



## Energia renovável

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural instalação e eleição de presidente e vice-presidente de subcomissão para discutir as questões acerca das energias renováveis na agricultura e das políticas públicas para a agricultura familiar e extensão rural. Plenário 6, 9h40

# Parlamentares destacam 250 anos da profissão de médico veterinário

A Câmara realizou ontem sessão solene para comemorar o Ano Internacional da Medicina Veterinária. Segundo o deputado Wellington Fagundes (PR-MT), que propôs a solenidade, a Câmara une-se a uma série de outros encontros e eventos programados em todo o mundo para marcar os 250 anos da criação da profissão de médico veterinário.

A campanha mundial, batizada de Vet2011, é promovida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e por outros órgãos internacionais com o objetivo de destacar o papel da ciência veterinária na diminuição da fome no mundo, no controle e prevenção de doenças e no monitoramento da qualidade dos alimentos, entre outros.

Ao relembrar os motivos que levaram à criação da primeira escola de medicina veterinária, em 1761, na França, Fagundes destacou o papel do francês Claude Bourgelat no processo de convencimento do então rei da França, Luis XV, sobre necessidade de aquele país formar especialistas no tratamento de animais.

“Bourgelat conseguiu vislumbrar já naquela época a importância do estudo das doenças dos animais como forma de compreender e prevenir doenças humanas”, lembrou o deputado, que é médico veterinário.

**Importância** - “Não existe quem coma um bife que não tenha passado pela vigilância sanitária e, portanto, pelo crivo de um médico veterinário”, afirmou o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), também médico veterinário. Sávio chamou atenção ainda para o papel desempenhado no Congresso por outros parlamentares que, como ele, têm a mesma profissão.

**Bourgelat vislumbrou a importância do estudo dos animais como forma de prevenir doenças**

Wellington Fagundes



Convidados acompanham sessão solene em homenagem aos médicos veterinários

“Recentemente, durante a votação do Código Florestal nesta Casa, por exemplo, pudemos perceber ainda o quanto é fundamental existir representantes que detenham a experiência e o conhecimento de campo para analisar os destinos da produção agropecuária do País”, afirmou.

**Trajetória** - O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) lembrou sua trajetória em defesa da categoria dos médicos veterinários e emocionou-se ao citar o fato de ter escolhido a profissão de maneira natural, em razão de ser filho de veterinários.

Com 35 anos de profissão, Lorenzoni também citou dificuldades enfrentadas durante a época em que atuou como presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Rio Grande do Sul para garantir o reconhecimento e a valorização desses profissionais.

## Câmara oferece curso para professores da rede pública

A Câmara abriu inscrições, até o dia 22 de julho, para um curso presencial de educação para a democracia, dirigido a professores do ensino médio de escolas públicas. Serão selecionados 54 professores de todo o Brasil para participar das aulas, de 2 a 8 de outubro, na Câmara.

O professor deve atender a requisitos como atuar no ensino médio há pelo menos três anos e apresentar o relato de uma experiência pedagógica em que abordou os temas democracia, cidadania ou política. A Câmara arcará com as despesas de transporte para Brasília, hospedagem e alimentação dos professores selecionados.

O curso integra o projeto Missão Pedagógica no Parlamento, que tem como objetivos o ensino e o debate de práticas para fortalecer a escola como espaço privilegiado para a vivência de experiências e valores democráticos e para o fortalecimento da cidadania. Mais informações: <http://goo.gl/7dFJf>.

### Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente

**Rose de Freitas (PMDB-ES)**

2ª Vice-Presidente

**Eduardo da Fonte (PP-PE)**

1º Secretário

**Eduardo Gomes (PSDB-TO)**

2º Secretário

**Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)**

3º Secretário

**Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

4º Secretário

**Júlio Delgado (PSB-MG)**

Suplentes

**Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)**

Ouvidor Parlamentar

**Miguel Corrêa (PT-MG)**

Procurador Parlamentar

**Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Diretor-Geral

**Rogério Ventura**

Secretário-Geral da Mesa

**Sérgio Sampaio de Almeida**

### SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

[secom@camara.gov.br](mailto:secom@camara.gov.br)

### Jornal da Câmara

Diretora

**Simone Ravazzoli**

Editora-chefe

**Rosalva Nunes**

Editores

**Maria Clarice Dias**

**Ralph Machado**

Diagramadores

**Guilherme Rangel Barros**

**José Antonio Filho**

**Roselene Guedes**

Ilustrador

**Renato Palet**

[jornal@camara.gov.br](mailto:jornal@camara.gov.br) | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição: (61) 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado



# Marco Maia: persistem divergências sobre regras de licitação para a Copa

Geórgia Moraes

O presidente da Câmara, Marco Maia, disse ontem que há opiniões divergentes dentro da base aliada quanto à votação dos destaques à Medida Provisória 527/11, aprovada na semana passada na forma do projeto de lei de conversão do deputado José Guimarães (PT-CE), que cria regras específicas para licitações de obras e serviços relacionados às copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014) e às Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016).

Marco Maia lembrou que os destaques serão discutidos na próxima semana e afirmou que poderão ser negociados alguns ajustes finais. Na opinião do presidente da Câmara, essa proposta vai dar mais agilidade e maior controle às licitações.

Segundo Marco Maia, há um exa-



Marco Maia

gero por parte da oposição em relação à MP 527. Ele não acredita que as novas regras para as licitações possam levar à 'roubalheira' ou à falta de fiscalização. "O que o governo está proibindo é a formação de cartéis, quando diz que não vai divulgar o preço."

**Emenda 29** – O presidente da Câmara anunciou ainda que vai pautar para a primeira semana de julho a votação do projeto que regulamenta a Emenda 29 e destina mais recursos à saúde (PLP 306/08).

Ele afirmou que até lá será preciso construir os acordos, e lembrou que falta votar apenas um destaque apresentado pelo DEM, que busca inviabilizar a criação da Contribuição Social da Saúde (CSS). Segundo a proposta atual, o tributo teria os moldes da extinta CPMF. "Parece que há um acordo entre os líderes para que não se crie nenhum imposto novo neste ano."

Marco Maia admitiu que não há garantia de que o destaque será aprovado, mas afirmou que vai colocar em votação. "Precisamos virar essa página. Há um clamor da sociedade para votar essa matéria."

**Mercadante** - Quanto à possibilidade de convocação do ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, para explicar as denúncias de suposta participação no chamado escândalo dos aloprados, Marco Maia afirmou não acreditar que haverá uma crise semelhante à ocorrida com o ex-ministro-chefe da Casa Civil Antonio Palocci.

O caso dos aloprados veio à tona em 2006 e apontava um esquema de negociação de um dossiê contra o então candidato ao governo paulista, José Serra, do PSDB. Parlamentares do partido defenderam em Plenário a convocação de Mercadante. "São situações distintas, principalmente porque esse episódio ocorreu em 2006, já houve pronunciamento da Procuradoria Geral da República e não há informação nova", disse Marco Maia.

## Falta de acordo adia votação de leis da Assistência Social

Eduardo Piovesan

Em razão de discordâncias do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) sobre a consolidação das leis de assistência social (PL 3800/08), o presidente da Câmara, Marco Maia, retirou de pauta esse projeto e encerrou ontem a Ordem do Dia do Plenário.

Segundo Arnaldo Faria de Sá, da forma como o texto está redigido, a regra de concessão do benefício de prestação continuada (BPC-Loas) para idosos com mais de 65 anos não permitiria a concessão desse benefício para mais de um membro da família, porque ela segue redação da atual Lei de Assistência Social (8.742/93), incorporada ao projeto de consolidação.

"A consolidação revoga dois artigos do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), mas nós queremos que o estatuto seja mantido na íntegra. Como não é possível alterar o mérito, nós vamos ter de encontrar uma outra solução", defendeu Faria de Sá.

**Mais debate** - Devido a essa discordância e ao acordo dos líderes para retirar de pauta os outros projetos de consolidação de leis (4247/08, do Senado, sobre saúde;



Arnaldo Faria de Sá

e 7078/02, do Executivo, sobre Previdência Social), o presidente Marco Maia concedeu mais 15 dias para essas matérias serem analisadas pelas assessorias e lideranças. Também foi adiada a votação do Projeto de Resolução 50/11, da Mesa Diretora, que realoca cargos de natureza especial na Câmara.

Marco Maia lamentou que, apesar de serem discutidos nas comissões, os projetos não prosperem no Plenário quando pautados. "O grande problema é que vamos construindo acordos nas comissões, mas quando vêm ao Plenário aparecem outras questões que



Questionamento em Plenário levou ao adiamento da votação do PL 3800/08

impedem sua análise", ressaltou.

Segundo o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), isso acontece porque o Plenário é soberano e nem todos os deputados podem participar das discussões nas comissões. Marco Maia concordou com essa visão do deputado fluminense.

**Tramitação** - O PL 3800/08, da ex-deputada Rita Camata, consolida a legislação de assistência social e está pronto para a pauta desde agosto de 2009, quando foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Por ser um texto de

consolidação, ele precisa passar apenas pelo Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis e pela CCJ.

Essa consolidação não pode mudar o conteúdo das leis vigentes, mas pode atualizar termos, harmonizar o vocabulário e indicar datas de vigência para facilitar o uso da legislação. Esse trabalho também revoga de maneira integral ou parcial leis que, apesar de estarem formalmente em vigor, são incompatíveis com o ordenamento jurídico ou com a Constituição e, portanto, não são mais aplicáveis.

# CCJ aprova inclusão de renda no cálculo de repasse do FPM a município do interior

Marcello Larcher

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 458/09, do ex-deputado José Fernando Aparecido de Oliveira, que inclui a renda da população e o tamanho do município entre os critérios que devem ser observados para a divisão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nas cidades do interior.

Atualmente, o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66) determina que 10% do FPM sejam reservados para a capital do estado e os outros 90% para as cidades do interior. Na divisão desses 90%, só deve ser observado o critério populacional.

Conforme o PLP, da parte que cabe às cidades do interior, 10% serão distribuídos de acordo com o tamanho do município, e o restante com base em um coeficiente individual de participação determinado pela renda per capita municipal e o contingente populacional.

Segundo o projeto, o modelo atual de distribuição é insuficiente, pois não permite uma distribuição equitativa dos recursos. Com a inclusão do novo critério, o autor afirma que as cidades com maior número de pobres terão mais verbas para ampliar a rede de serviços públicos.

**Apensados** - Outros dois projetos tramitam em conjunto e também foram aprovados, mas eles modificam a forma como funciona o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). O PLP 565/10, de autoria do deputado Júlio César (DEM-PI), determina que



Cidades do interior, como Ouro Preto (MG), podem ser beneficiadas pela proposta

a participação de cada estado e do DF no FPE será inversamente proporcional à renda per capita das unidades federativas. Já o PLP 582/10, da ex-deputada

Vanessa Grazziotin, estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do fundo.

O relator da proposta na CCJ, de-

putado Efraim Filho (DEM-PB), recomendou apenas, no PLP 582/10, a retirada da exigência de que o Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas da União (TCU) expedissem normas complementares, regulamentando a nova lei. Na opinião do parlamentar, a exigência fere o princípio da separação entre os Poderes.

As propostas, que tramitam em regime de prioridade, ainda serão analisadas pelo Plenário. Os projetos haviam sido rejeitados pela Comissão de Finanças e Tributação, com o argumento de que o critério para distribuição deve ser o tamanho da população e não o tamanho do município.

## Orçamento deve votar LDO na próxima semana

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), marcou uma reunião extraordinária para a próxima quarta-feira, dia 29, para votar o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012.

A previsão é de que o texto seja entregue pelo relator, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), na segunda-feira. A votação na quarta-feira só ocorrerá se houver acordo, uma vez que as normas da comissão exigem pelo menos três dias úteis entre a apresentação do parecer e a sua votação.

A reunião da comissão prevista para ontem, para discutir a pauta de votações do colegiado, foi transferida para a próxima terça-feira por falta de quórum.

## ISS sobre petróleo também é aprovado

A CCJ também aprovou ontem proposta que determina o pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) pelas empresas de petróleo, gás natural e minérios no município em que se der a exploração e o aproveitamento econômico do recurso mineral. O projeto ainda será analisado em dois turnos pelo Plenário.

Atualmente, o imposto é devido ao município onde está sediada a empresa, e não ao local em que é exercida a atividade. O projeto altera a Lei do ISS (Lei Complementar 116/03).

O texto aprovado é um substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei Complementar 437/08, do deputado Luiz Alberto (PT-BA). O substitutivo

estabelece que o ISS também será pago no município em que for executado o transporte terrestre, fluvial ou aéreo de equipamentos e produtos relacionados à exploração de petróleo.

O relator da proposta na CCJ, deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), ressaltou que a lei atual já expressa a possibilidade da cobrança do ISS pelo município onde ocorre a exploração quando o serviço não pode ser realizado em outro local, deixando para a cidade-sede da empresa os serviços que podem ser feitos em qualquer lugar. Ele citou inclusive jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que a cobrança do ISS está ligada à territorialidade.

# Frente quer ampliação de limite do Supersimples

Sílvia Mugnatto

A Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e a Comissão de Finanças e Tributação devem ir ao Colégio de Líderes na próxima semana para pedir a votação imediata em Plenário do projeto de lei complementar (PLP 591/10) que reajusta em 50% as faixas e os limites de enquadramento no Supersimples, sistema simplificado de pagamento de impostos para as pequenas empresas.

O coordenador da frente, de-

putado Pepe Vargas (PT-RS), informou que alguns estados já concordam com a modificação do atual sistema de pagamento do ICMS por substituição tributária, que concentra o pagamento do imposto em apenas um elo da cadeia produtiva. Apesar de inibir fraudes, o sistema onera as pequenas empresas.

Na avaliação de Pepe Vargas, devem ser incluídos na proposta em discussão os critérios definidores dos produtos que poderão ser submetidos à cobrança de substituição tributária, e serem remetidas para o Conselho

Fazendário Nacional a regulamentação da pauta desses produtos e a margem de valor agregado sobre a qual se aplicam as alíquotas.

**Energia e automóveis** - O deputado destaca que haveria um prazo para a regulamentação da medida. Se ela não fosse regulamentada, a substituição tributária passaria a valer automaticamente apenas para os setores concentrados e de comercialização pulverizada como energia elétrica e automóveis.

Pepe Vargas afirma que o reajuste dos limites - que eleva de R\$ 2,4

milhões para R\$ 3,6 milhões o teto de faturamento anual de uma empresa para ser considerada de pequeno porte - é uma medida de longo prazo.

“Isso recuperaria a inflação de 2006 até agora e jogaria para frente uma inflação projetada até 2014”, diz. “Não voltaríamos mais a falar em reajuste dos limites do Supersimples até 2015.”

O projeto de lei complementar ainda permite o parcelamento de dívidas com o Simples e inclui profissionais liberais no sistema.



# Henrique Fontana adia parecer sobre a reforma política por duas semanas

Rodrigo Bittar

O relator da Comissão Especial da Reforma Política, deputado Henrique Fontana (PT-RS), adiou por duas semanas a apresentação do seu parecer, prevista inicialmente para ontem. O deputado alegou problemas de saúde em sua família para justificar o atraso, mas adiantou algumas propostas que serão incorporadas ao documento.

Segundo ele, o relatório vai propor a adoção do financiamento público exclusivo de campanhas e mudanças na data das eleições e da posse, nas regras de suplência dos senadores e nos instrumentos de participação popular na elaboração de políticas públicas.

Fontana antecipou esses itens porque são os que contam com menor resistência na comissão. Há outros pontos que ainda estão sendo negociados com os partidos, como a proporção de mulheres nas listas fechadas preordenadas, o fim das coligações para



Henrique Fontana (E) e Simão Sessim durante a reunião da comissão especial

eleições proporcionais e a mudança no cálculo para a ocupação das vagas de deputados e vereadores.

**Mistura** - Em relação ao sistema eleitoral, o relator considera que nenhum modelo puro tem maioria na Câmara e, por isso, buscará uma alter-

nativa mista. “Vou conversar com os partidos para que o relatório obtenha o apoio da maioria da comissão e tenha chance real de mudar a política brasileira”, definiu.

“Estamos criando um ambiente para fazer uma reforma de verdade. Quem

quer reformar para valer não pode alterar todas as questões que envolvem a eleição e deve ter capacidade de diálogo para não impor a proposta de um só partido”, acrescentou Fontana.

**Executivo** - Durante a reunião da comissão, diversos deputados defenderam também mudanças nas regras que permitem aos eleitos para o Legislativo assumir cargos no Executivo. Para alguns parlamentares, as regras atuais deixam o suplente em situação “constrangedora”, conforme definiu o deputado Sandro Alex (PPS-PR).

“Há casos em que os titulares saem [para cargos no Executivo], os suplentes assumem e, na época das emendas parlamentares, o titular volta para colocar rubricas no Orçamento. Isso é um desrespeito aos suplentes. Se o titular quiser assumir um cargo no Executivo, ele deve ser obrigado a abrir mão do mandato parlamentar”, disse.

**Partidos** - Outro assunto debatido na reunião foi a eventual mudança na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95). Nesse caso, o principal foco de quem cobra alterações é reduzir o poder das lideranças locais.

“Há partidos que nunca deixam os diretórios municipais se formalizarem, todos funcionam em comissões provisórias, porque o dono do partido pode dissolver a comissão e nomear quem ele quiser”, disse o deputado Marcelo Castro (PMDB-PI).

Simão Sessim (PP-RJ) também defendeu a definição de prazo para o funcionamento das comissões provisórias. “Há partidos que estendem essa estrutura, que deveria ser emergencial, por anos. É preciso acabar com isso e definir um prazo pequeno para a manutenção dessas comissões provisórias.”

## Manifesto cobra maior participação feminina

Durante a reunião da Comissão Especial da Reforma Política, realizada ontem, diversas deputadas apresentaram um manifesto cobrando a adoção de mecanismos que garantam a proporção de 50% de mulheres no Congresso brasileiro.

Embora o documento não defina que instrumento seja esse, dentro dos temas debatidos na comissão, o único que trata do assunto é a lista fechada preordenada elaborada pelos partidos políticos. O relator da comissão, deputado Henrique Fontana (PT-RS), já sinalizou que não deverá acatar essa proporção

paritária em seu relatório.

“Apesar de representarmos pouco mais da metade da sociedade brasileira, a proporção de mulheres que participam dos espaços de poder é incrivelmente baixa. Na atual legislatura, temos apenas 8% de mulheres na Câmara”, registra o manifesto.

“Em toda a história do Brasil, os avanços democráticos foram construídos por homens e mulheres. Por esta razão, defendemos uma proposta para Reforma Política com presença alternada de mulheres e homens (um para uma, ou seja, a efetiva proporção de 50%)”, conclui o texto.

“A bancada feminina considera que a reforma política é a mãe de todas as reformas, porque ela vai estabelecer as diretrizes que poderão realmente expressar o que hoje é a realidade social do Brasil”, declarou a deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), coordenadora da frente.

Além da lista, as deputadas classificam a adoção do financiamento público exclusivo de campanha um instrumento “fundamental” para aumentar a participação das mulheres na política. “Muitas mulheres não disputam cargos porque não tem acesso aos recursos”, disse Janete Rocha Pietá. (RB)

## DECORO PARLAMENTAR

# Relator elenca testemunhas no caso Bolsonaro

Geórgia Moraes

O relator do processo contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Sérgio Brito (PSC-BA), quer convidar a senadora Marinor Brito (Psol-PA), o apresentador de TV Marcelo Tas e a cantora Preta Gil para testemunhar sobre o caso.

Segundo Brito, os convites serão

feitos depois da apresentação do parecer prévio, prevista para o dia 29. Se o conselho aprovar a admissibilidade do processo (quando o caso é apto a ser investigado), começará a contar prazo de 10 dias úteis para a apresentação da defesa. Depois, o relator terá 40 dias úteis para ouvir as testemunhas e mais 10 para elaborar o parecer final.

Bolsonaro é acusado pelo Psol de disseminar preconceito e estimular

violência com declarações contra negros e homossexuais. A representação do partido cita uma discussão do deputado com a senadora Marinor Brito durante debate sobre o projeto que criminaliza a homofobia, ocorrido no dia 12 de maio, no Senado.

Segundo o Psol, o deputado teria ofendido a senadora. Já Bolsonaro afirma que ele é quem foi agredido verbalmente por Marinor.

O texto também relata a participação de Bolsonaro no programa “CQC”, da TV *Bandeirantes*, apresentado por Marcelo Tas. Quando perguntado por Preta Gil sobre o que faria se o filho namorasse uma negra, o deputado disse que não discutiria “promiscuidade” com a cantora. Depois da exibição do programa, Bolsonaro afirmou ter entendido errado a pergunta, confundindo negra com gay.

# Entidades pedem inclusão de autistas em políticas públicas para deficientes

Vania Alves

Representantes de entidades de auxílio a autistas pediram ontem a aprovação do Projeto de Lei 1631/11, do Senado, que cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Pela proposta, o autista será considerado pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento que se manifesta em geral entre os dois e três anos de idade. O indivíduo pode ter dificuldades de se comunicar e conviver em grupo. “Precisamos garantir direitos mínimos para esses cidadãos”, disse a diretora-administrativa da Associação em Defesa dos Autistas

(Adefa), Berenice Piana, em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em alusão ao Dia do Orgulho Autista (18 de junho). O debate foi proposto pelo deputado Luiz Couto (PT-PB).

De acordo com Berenice, por não ser considerado uma pessoa com deficiência, o autista não consegue ser atendido no sistema público de saúde. Ela ressaltou ainda a importância do



Convenção da ONU reconhece autismo como deficiência, segundo debatedores

diagnóstico precoce como meio de facilitar a inserção social.

“Não existe na rede pública tratamento para o autista. Reivindicamos o diagnóstico precoce, o tratamento multidisciplinar, o lar terapêutico para os adultos ou para aqueles que perderam a referência familiar. Os autistas que não têm acesso a tratamento tendem a viver para sempre isolados”, afirmou.

A diretora lembrou que o autismo está previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que foi assinada pelo Brasil.

**Acessibilidade** - O presidente da Associação dos Amigos dos Autistas da Paraíba (AMA-PB), Cleomar Martins de Lima, também criticou a exclusão dessas pessoas dos programas de acessibilidade para deficientes. “É preciso preparar a sociedade para

lidar com todas as diferenças”, destacou.

Cleomar acrescentou que os serviços de saúde consideram erroneamente o autismo como uma “conduta atípica”, e não como uma deficiência. “Muitos autistas apresentam deficiência intelectual”, comentou.

A deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) informou que vai propor à Comissão de Seguridade Social e Família que discuta o atendimento dado aos autistas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelos planos de saúde.

**Estatuto** - Durante o debate, Rosinha informou ainda que a Frente Parlamentar Mista da Pessoa com Deficiência vai criar um grupo de trabalho para adequar a proposta do Estatuto da Pessoa com Deficiência (PL 7699/06, do Senado) ao texto da convenção da ONU sobre o tema. O projeto está pronto para entrar na pauta de votações do Plenário.

Ela explicou que a redação atual do estatuto pode ser considerada inconstitucional porque a convenção entrou para o ordenamento do País como emenda constitucional.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# Relatório sobre Assembleia do Pará sai até o dia 29

Ana Raquel Macedo

O coordenador da comissão externa da Câmara encarregada de acompanhar denúncias de corrupção na Assembleia Legislativa do Pará, deputado Cláudio Puty (PT-PA), pretende apresentar até a próxima quarta-feira (29) um primeiro relatório sobre o caso. O documento deve ser entregue ao presidente da Câmara, Marco Maia.

O relator lembra que a Assembleia paraense vem sendo investigada pelo Ministério Público do Pará por fraudes em licitações e na folha de pagamento.

As investigações começaram no ano passado e tiveram como consequência, a partir de abril, as operações Hiroshima e Nagasaki, que resultaram na prisão de servidores públicos e empresários e na apreensão de documentos e dinheiro.

**Indícios** - Puty disse que há indícios de que as fraudes venham ocorrendo desde, pelo menos, 1996. Segundo ele, são fraudes em processos de uma empresa que vendia farinha de tapioca e ganhava licitações para fornecer material elétrico para obras na Assembleia Legislativa. “Essa empresa era de propriedade de um parente da coordenadora da comissão de licitação”, explicou o parlamentar.

De acordo com Puty, haveria também corrupção associada a fraudes na folha de pagamento: “Existia uma fo-



Cláudio Puty

lha de pagamento fantasma. Havia uma verdadeira, que o banco pagava, e aquela que aparecia nos dados oficiais. Obviamente, a verdadeira envolvia salários de muitos milhares de reais, fala-se até em salários de R\$ 80 mil por mês para um procurador da Assembleia Legislativa, R\$ 25 mil para outro, enfim, gratificações sobre gratificações e sobre as quais não se pagavam impostos.”

**Auditorias** - A comissão externa defende que o Tribunal de Contas do Estado realize auditorias nas contas

da Assembleia. Segundo Puty, a Polícia Federal também deveria participar mais ativamente das investigações “e dar proteção à principal testemunha e ré, Mônica Pinto, que operava o esquema na Assembleia Legislativa”.

No entanto, acrescenta o deputado, “a Polícia Federal reclamou da falta de estrutura para acompanhar [o caso] a contento, e isso é uma das coisas que estamos pressionando o Ministério da Justiça a fazer, para que a Polícia Federal possa desempenhar seu trabalho da melhor forma”.

Cláudio Puty informou que Mônica Pinto está disposta a prestar depoimento à comissão. A vinda dela a Brasília, na avaliação do coordenador da comissão externa, daria dimensão nacional ao caso e seria mais uma garantia de vida para a testemunha.



# Raimundo Gomes de Matos defende fim do cultivo de tabaco no Brasil

Idhelene Macedo

O deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) defendeu ontem, em debate na Câmara, a erradicação do cultivo de tabaco no Brasil e propôs o plantio de outras culturas como forma de evitar prejuízos aos pequenos agricultores. “O produto não faz mal só para quem o consome, mas também para quem lida com sua produção”, disse Gomes de Matos, autor do requerimento para a audiência pública que discutiu o tabagismo, na Comissão de Seguridade Social e Família.

De acordo com o parlamentar, a área econômica também precisa refletir sobre o assunto e analisar o custo-benefício entre o que é arrecadado com o produto – hoje, 80% do preço do cigarro são relativos a impostos – e o quanto é gasto com o tratamento de doenças decorrentes do tabagismo. “Além disso, quanto vale a vida humana?”, indagou.

Gomes de Matos destacou ainda que a saúde dos produtores é afetada com os mais de 3 mil agentes químicos da folha do fumo. Nesse sentido, a migração para outras culturas poderia reduzir os malefícios.

**Proibição do fumo** - Já o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), José Agenor Álvares da Silva, propôs na audiência a proibição



Na audiência, Raimundo Gomes de Matos propôs a substituição da produção de fumo por outras culturas, para não prejudicar os agricultores

do fumo em ambientes fechados em todo o País. Ele ressaltou que apenas 7 dos 27 estados brasileiros adotam essa norma. “Está comprovado cientificamente que a fumaça é prejudicial a todos que convivem com ela e, principalmente, é altamente prejudicial para os trabalhadores em ambientes fechados.”

José Agenor alertou que o tabaco é responsável por 200 mil mortes por ano no Brasil, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), e que o cigarro é o único produto legal a matar “exatamente de acordo com as instru-

ções do fabricante”. Ele informou que Anvisa vai publicar duas resoluções que implementam alguns pontos da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco, da OMS: a restrição da publicidade e a proibição da utilização de aditivos nos produtos derivados do fumo.

O objetivo das resoluções, explicou o diretor da Anvisa, é fazer com que o público adolescente tenha mais orientação sobre os perigos do cigarro. “Queremos mostrar que esse é um hábito que pode levar à morte.”

**Restrições à publicidade** - A proi-

bição do fumo também foi considerada importante pela secretária-executiva da Comissão Nacional da Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, Tânia Maria Cavalcante.

“Está comprovado que a medida é benéfica à saúde pública”, disse ela, que destacou a necessidade de regulamentar a publicidade do produto. Tânia Cavalcante chamou a atenção ainda para aspectos que vêm sendo usados pelas indústrias no sentido de atrair o público adolescente, como embalagens chamativas, sabores adicionados ao cigarro e propagandas nos próprios pontos de venda.

A restrição da publicidade do cigarro é uma das questões mais preocupantes no combate ao vício, de acordo com a vice-diretora da ONG Aliança de Controle do Tabagismo, Mônica Andreis, que defendeu o aumento de impostos sobre o cigarro e a adoção de medidas restritivas à propaganda para reduzir o número de fumantes. “Observamos que essa publicidade está sendo feita para os jovens”, afirmou Mônica Andreis. A maioria, segundo ela, começa a fumar ainda na adolescência, e 90% com menos de 15 anos de idade.

Representantes da indústria do cigarro e dos produtores de fumo foram convidados para a audiência pública, mas não compareceram.

## NOTAS

### ESTRANGEIROS

Será instalada hoje a subcomissão destinada a analisar e propor medidas sobre o processo de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, no Brasil, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. O colegiado foi criado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural a partir de proposta de Beto Faro (PT-PA). “O descontrole sobre a presença de estrangeiros no domínio de terras no Brasil é de tal ordem que sequer conhecemos as estatísticas a respeito. Não bastassem as implicações na soberania do País e no agravamento da especulação e da concentração da propriedade, em muitos casos as nossas terras têm sido adquiridas até por estatais de outros países”, disse.

### FRONTEIRA COM BOLÍVIA

Julio Campos (DEM-MT) criticou a decisão do governo da Bolívia de legalizar veículos sem documentação e alertou que muitos desses carros podem ter sido roubados em países fronteiriços, como o Brasil. O deputado lembrou que os casos de roubos e assassinatos são alarmantes em Mato Grosso, que tem 983 km de fronteira com a Bolívia, e defendeu o reforço da segurança na região. “A medida adotada por Evo Morales pode encorajar uma série de contravenções que vão além do aumento das ocorrências de roubo de veículos”, explicou.



### LUCIANO MOREIRA

Gastão Vieira (PMDB-MA) homenageou em Plenário o deputado Luciano Moreira (PMDB-MA), que morreu na semana passada em acidente de carro. Segundo o parlamentar, Luciano Moreira mostrava aos eleitores que exercia seu primeiro mandato da melhor forma possível, na defesa, principalmente, dos interesses do povo maranhense. Gastão Vieira relembrou a trajetória política do deputado e disse que ele foi, em pouco mais de seis meses, “um homem incomparável no exercício do seu mandato”.

### COPA DO MUNDO

Osmar Serraglio (PMDB-PR) lamentou a repercussão da imprensa, segundo ele equivocada, sobre a aprovação do regime diferenciado de licitação, que adota o orçamento sigiloso para as obras da Copa. Para ele, o texto tem como objetivo evitar fraudes em licitação. “Atualmente, a administração pública indica um preço como parâmetro, e as empresas concorrentes não demonstram interesse em diminuir o valor. O levantamento dos custos será feito e revelado apenas na abertura das propostas, onde todos terão acesso ao valor da obra”, ressaltou.

### PACTO PELA VIDA

Ao elogiar o lançamento do programa Pacto pela Vida, Márcio Marinho (PRB-BA) destacou a importância da iniciativa para a redução da violência, principalmente dos crimes contra a vida. O deputado sugeriu um debate mais amplo sobre o consumo e o combate às drogas e disse que o Brasil é o segundo maior consumidor de drogas das Américas. “O relatório mundial sobre drogas revela que o País tinha cerca de 900 mil usuários, em 2010”, disse Marinho, que repudiou qualquer tentativa de legalização da maconha.

# Burocracia e regras dificultam acesso ao crédito no campo, avalia Luis Carlos Heinze

Carolina Pompeu

O deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) criticou ontem a política do governo para concessão de créditos aos agricultores. Segundo ele, poucos produtores conseguem acessar os recursos oferecidos ao setor. O Executivo lançou, no último dia 17 de junho, o Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, que vai oferecer R\$ 107,2 bilhões em créditos rurais para a agricultura comercial. O pacote é o maior da história, mas, para o deputado, burocracias e regras do sistema financeiro impedem que os agricultores utilizem esses recursos.

Segundo Heinze, a necessidade de comprovação de renda e regularidade fiscal prejudica os agricultores que querem tomar empréstimos. “Hoje, milhares de produtores estão endividados porque os custos são muito grandes, principalmente em razão dos altos tributos”, disse. A declaração foi feita durante audiência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural sobre o Plano Agrícola e Pecuário, ou Plano Safra 2011/12.

No encontro, o coordenador-geral de Análises Econômicas do Ministério da Agricultura, Wilson Vaz de Araujo, disse que o governo trabalha para melhorar as condições de acesso dos agricultores ao crédito. “Embora os recursos sejam disponibilizados a taxas de juros favore-



GUSTAVO LIMA

A audiência reuniu parlamentares e representantes do governo e dos produtores

cidas, o risco da operação continua com o agente financeiro. Como a decisão de emprestar está com esse agente, é claro que o banco vai analisar a situação do produtor”, explicou Araujo. O esforço, segundo ele, é no sentido de ampliar esse acesso, até porque o volume de recursos disponível é bom.

**Pontos criticados** - Apesar de elogiar o valor destinado ao Plano Safra 2011/12 e as taxas de juros reduzidas aos produtores rurais, entidades do setor criticaram alguns pontos do documento. Entre eles, estão a diminuição do crédito para as cooperativas rurais e a falta de incentivos à preservação ambiental.

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Freitas, reclamou do corte das verbas para crédito de capital de giro do setor.

“Houve um pequeno arrocho e isso vai fazer falta porque no ano passado utilizamos todos os recursos e pedimos até suplementares”, disse. Mas segundo o representante do Ministério da Agricultura, Wilson de Araujo, os recursos para as cooperativas foram mantidos, apenas com o foco em investimentos para melhoria da estrutura produtiva do setor.

Outra reclamação da OCB é em relação à falta de incentivo aos produtores rurais que preservem o meio ambiente. “Mecanismos de punição, já há muitos. Agora pouco se fala em incentivar os produtores que preservam”, criticou Márcio Freitas. Wilson de Araujo afirmou, no entanto, que esses produtores são beneficiados com melhores condições na tomada de empréstimos. As vantagens, segundo ele, variam entre maiores prazos

para pagamentos, número de itens financiáveis e menores taxas de juros.

**Extensão rural** - O presidente da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), Julio Zoé de Brito, também considerou insuficientes as políticas lançadas pelo governo para assistência técnica e extensão rural. “Reconhecemos as conquistas dos últimos anos, mas ainda é preciso avançar”, disse.

Segundo Brito, cerca de 2 milhões de agricultores não têm hoje acesso a serviços de extensão rural. O número de técnicos disponíveis, disse, não atende à demanda. “O crédito ao agricultor, quando é acompanhado de assistência técnica, vem mais qualificado. O produtor precisa de conhecimentos de gestão e informações sobre inovações tecnológicas para se colocar no mercado”, afirmou.

O secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Muller, contudo, argumentou que o governo ampliou os recursos para a área. Este ano, segundo ele, serão pelo menos R\$ 159 milhões para a assistência técnica e a extensão rural na agricultura familiar. “A meta do governo, que não é para este ano, é universalizar no Brasil a assistência técnica e a extensão rural. Temos de levar tecnologia para a agricultura familiar, temos de qualificar nossas políticas, e quem faz isso é o extensionista”.

## Mudança no Código Florestal pode agravar desastres, diz especialista

A redução do tamanho da faixa de preservação obrigatória às margens dos rios, prevista no projeto de reforma do Código Florestal (PL 1876/99) já aprovado pela Câmara, pode agravar a vulnerabilidade do País em relação a desastres climáticos. A advertência foi feita pela coordenadora de Riscos e Deslizamentos do Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), do Ministério da Ciência e Tecnologia, Noris Diniz, em audiência pública promovida ontem pela Comissão Especial de Prevenção de Catástrofes Climáticas da Câmara.

De acordo com o texto aprovado e enviado ao Senado, o novo código mantém as faixas de proteção às margens de rios (30 a 500 metros), mas passam a ser medidas a partir do leito regular e não do leito maior. A exceção é para os rios de até dez metros de largura, para os quais é permitida a recomposição de metade da faixa (15

metros) se ela já tiver sido desmatada.

Noris Diniz também manifestou preocupação com a não aplicação das normas de preservação do código em vigor. Ela ponderou, contudo, ser preciso compreender as necessidades habitacionais da população mais pobre. “Não se trata de simplesmente proibir, mas sim de estabelecer políticas de manejo adequado nas áreas de risco, porque as pessoas precisam morar.”

Segundo a cientista, a tragédia que atingiu a região serrana do Rio de Janeiro, no início do ano, teria sido muito menor se a água acumulada no topo dos montes tivesse escoado sem os obstáculos impostos pela ocupação humana inadequada, ocorrida em desacordo com as normas atuais do Código Florestal.

**Prefeituras** - Em resposta a uma indagação do relator da comissão, deputado Glauber Braga (PSB-RJ), sobre que medidas de caráter legislativo podem ser adotadas para prevenir riscos, Noris Diniz sugeriu que as prefeituras sejam obrigadas a fazer cartas geotécnicas

municipais e mapas completos das zonas ameaçadas. As cartas geotécnicas reúnem dados e análises de processos como inundações e erosões.

Na audiência, sugerida pelo relator, a coordenadora também recomendou a adoção da política europeia de indução da ocupação urbana em áreas de menos risco, por meio da cobrança de alíquotas diferenciadas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

**Alarme de desastre** - Noris Diniz fez uma exposição sobre o Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, em fase de implantação. O sistema vai medir riscos geológicos urbanos e trabalhar com previsões de tempo e clima, com o objetivo de converter o alerta meteorológico em alarme de desastre. A ideia é emitir o alerta com antecedência de até seis horas em relação ao evento – tempo suficiente para acionar a defesa civil e promover a evacuação da área.

Para tanto, o Brasil optou pelo modelo de sistema de alerta japonês, que terá de ser adaptado às condições tropicais. A

partir da coleta sistemática de informações, a relação entre os diferentes níveis de chuva e a acumulação de água no solo será expressa em algoritmos (sequências numéricas), que servirão de base para o cálculo de índices de risco de deslizamentos.

A sede do sistema será no município de Cachoeira Paulista (SP), onde também estão localizados o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Previsto para começar a funcionar no próximo verão, o sistema vai permitir também prever quebras de safra na região do semiárido nordestino, em particular das culturas de feijão e mandioca.

Noris Diniz informou que já foram selecionados, para inclusão no sistema, 735 municípios considerados críticos, situados em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Alagoas, Bahia e Pernambuco.